

**CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE**  
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

**Relatório da Administração 2024**

**Introdução**

A Administração da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**Companhia**

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ.

Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte assinou o contrato de concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015.

**PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

**Resultados operacionais e financeiros**

**Volume de tráfego**

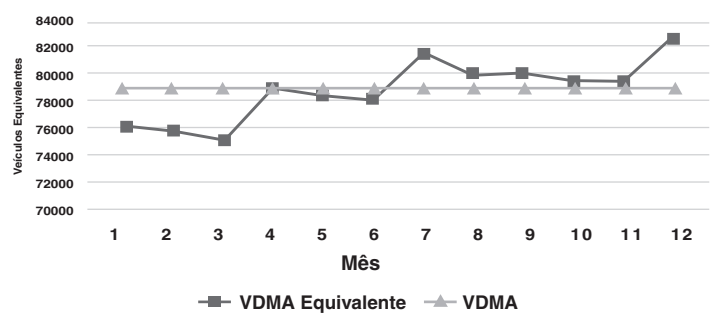
O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 28.874 mil em 2024, estável em relação a 2023. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 0,1% e o tráfego de veículos pesados apresentou redução de 0,3%.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2024	2023	Var.
Leves	24.524	24.503	0,1%
Pesados	4.350	4.362	-0,3%
<b>Total</b>	<b>28.874</b>	<b>28.865</b>	<b>0,0%</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

**Caracterização do Tráfego:** A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano de 2024, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.

**Variação mensal do volume no ano base**



**Tarifa e tarifa média:** A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou crescimento de 2,1% em 2024.

Tarifa Média (em R\$)	2024	2023	Var.
Ecoponte	6,20	6,07	2,1%

Em junho/24, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio e a 8ª Revisão Ordinária do contrato de concessão da Ecoponte mantendo inalteradas as tarifas de pedágio. O reajuste considerou a variação do IPCA e a revisão ordinária, a redução das tarifas de pedágio em função, principalmente, da incidência do Fator D e C.

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2024:

Praça de Pedágio	Cobrança	Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)											
		Categoria de veículo											
1	R\$	6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10	43,40	49,60	55,80

**Receita bruta:** A receita bruta totalizou R\$255,1 milhões em 2024, aumento de 24,0% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao reajuste das tarifas de pedágio e aumento da receita de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$16,4 milhões, aumento de 2,0% em relação a 2023.

**Receitas de Pedágio:** R\$179,4 milhões em 2024, aumento de 2,3% devido, principalmente, ao reajuste das tarifas de pedágio.

**Receitas Acessórias:** R\$9,9 milhões em 2024, aumento de 0,6% em relação a 2023.

**Receita de Construção:** aumento de R\$45,4 milhões em 2024, devido ao maior volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$2.318,8 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2024. Para mais informações sobre Receita líquida, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2024	2023	Acumulado até 2022
Receitas de Pedágio	179,4	175,4	1.066,8
Receitas Acessórias	9,9	9,8	70,7
Receita de Construção	65,8	20,4	720,6
<b>Total</b>	<b>255,1</b>	<b>205,6</b>	<b>1.858,0</b>

**Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$158,2 milhões em 2024 (+45,1%) devido, principalmente, maior volume de obras contratuais no período (custo de construção de obras). Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$59,5 milhões, aumento de 9,9% em relação a 2023. O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.524,7 milhões corresponde aos custos operacionais e despesas administrativas desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2024.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2024	2023	Acumulado até 2022
Custos e despesas operacionais	158,2	109,0	1.257,6

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

**EBITDA e Margem EBITDA:** Em 2024, o EBITDA totalizou R\$112,7 milhões. O EBITDA ajustado, excluindo provisão para manutenção, totalizou R\$113,4 milhões, redução de 1,4% em relação a 2023, e margem EBITDA Ajustada de 65,6%.

**Resultado financeiro:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$46,6 milhões, o que representa um aumento de R\$7,2 milhões em relação aos R\$39,4 milhões negativos em 2023. Essa variação ocorreu devido, principalmente, à redução das receitas de aplicações financeiras.

**Lucro líquido:** Em 2024, a Ecoponte apresentou lucro líquido de R\$25,3 milhões, redução de R\$4,9 milhões em relação a 2023.

**Disponibilidade Financeira e Endividamento:** A Ecoponte encerrou o exercício de 2024 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva no valor de R\$49,8 milhões e a dívida bruta (composta por debêntures, empréstimos e financiamentos) de R\$492,7 milhões. A dívida líquida encerrou o exercício em R\$442,9 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 3,9x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide as Notas Explicativas nº 13 e 14 da Demonstração Financeira.

**Investimentos:** Os investimentos totalizaram R\$72,7 milhões em 2024.

A tabela abaixo demonstra os investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2024	2023	Acumulado até 2022
Intangível	70,2	32,2	868,3
Imobilizado	2,5	6,2	19,1
<b>Total</b>	<b>72,7</b>	<b>38,5</b>	<b>887,5</b>

**Valor Adicionado:** Em 2024, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$117,8 milhões, isto é, 46,2% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 10,6 p.p. inferior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$116,9 milhões e a representatividade de 56,8%.

**ISS repassados:** O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2024 foi de R\$9,5 milhões.

A tabela abaixo demonstra o ISS repassado acumulado desde o início da concessão.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2024	2023	Acumulado até 2022
ISS - Imposto Sobre Serviço	9,5	9,2	56,2

**Dividendos e Juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram distribuídos R\$3.692 mil à título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

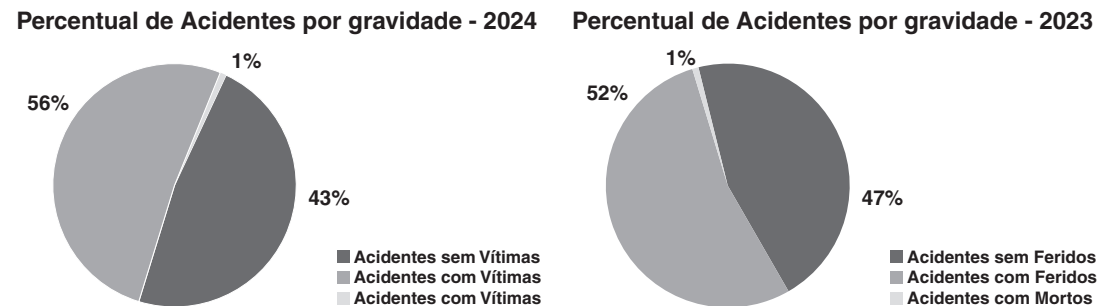
**Planejamento e Gestão empresarial:** O êxito que a Companhia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se, em grande parte à qualidade de seu planejamento organizacional. Em 2024, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, manutenção das certificações de qualidade de ISO's (9001:2015-qualidade, 14001 - gestão ambiental, 39001 - gestão de segurança viária, 45001 - gestão de saúde e segurança do trabalho e 55001 - gestão de ativos) e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

**Recursos Humanos:** Em 2024, a Companhia investiu R\$144,7 mil (R\$72,8 mil em 2023) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2024. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000.

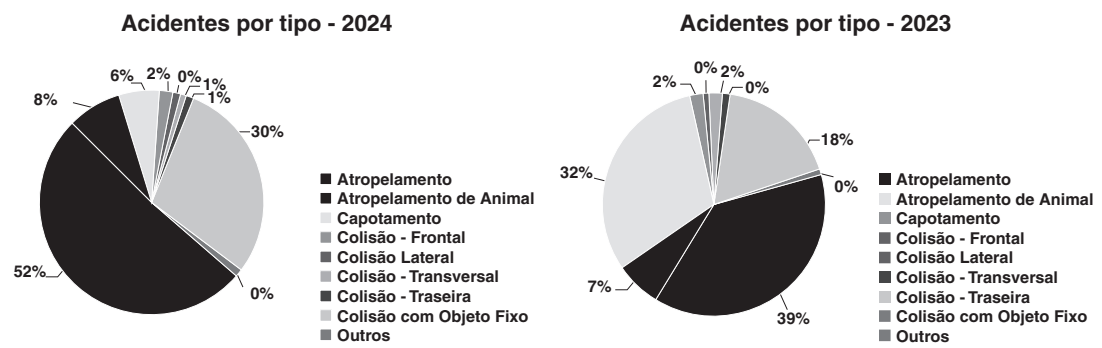
Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)*10.000
Gerente de tráfego	1	0,13
Analista de tráfego	1	0,13
Analista de Frotas	1	0,13
Auxiliar de Manutenção	1	0,13
Líder de Operações Rodoviárias	4	0,51
Operador de CCO	10	1,27
Auxiliar de CCO	4	0,51
Assistente operacional	1	0,13
Guincho leve	39	4,94
Guincho pesado	14	1,77
Médico	13	1,65
Resgatista	49	6,21

Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)*10.000
Enfermeiro	8	1,01
<b>Total de Pessoal - Operacional</b>	<b>146</b>	<b>18,5</b>
Coordenador de pedágio	1	0,1
Controlador de pedágio	4	0,5
Supervisor de pedágio	1	0,1
Analista de pedágio	3	0,4
Arrecadador	113	14,3
Assistente de pedágio	5	0,6
<b>Total de Pessoal - Pedágio</b>	<b>127</b>	<b>16,1</b>
<b>Total de Pessoal - Concessionária</b>	<b>273</b>	<b>34,61</b>

**Indicadores Operacionais: Segurança no Trânsito: Acidentes:** Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



**Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados:** Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no ano de 2024. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	4	13,9
Guincho leve	10	34,8
Guincho pesado	1	3,5
Guincho superpesado	3	10,5
Ambulância simples - UTI	2	7,0
Ambulância Resgate	4	13,9
Veículo para Combate a Incêndio	2	7,0
Motolância	1	3,5
Ônibus (GAU)	1	3,5
<b>Total de veículos operacionais</b>	<b>28</b>	<b>97,6</b>
Administração	2	7,0
Segurança do trabalho	1	3,5
Manutenção	13	45,3
<b>Total de veículos de apoio</b>	<b>16</b>	<b>55,7</b>
<b>Total de veículos aplicados na concessão</b>	<b>44</b>	<b>153,3</b>

Concessionária em números	
Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	28,7 km
Número de veículos que transitaram	Leve: 26.188.722 +2 eixos: 1.020.267 +3 eixos: 407.934
Tarifa	Cat 1: R\$ 6,20 Cat 2: R\$ 12,40 Cat 3: R\$ 9,30 Cat 4: R\$ 18,60 Cat 5: R\$ 12,40 Cat 6: R\$ 24,80 Cat 7: R\$ 31,00 Cat 8: R\$ 37,20 Cat 9: R\$ 3,10 Cat 10: R\$ 43,40 Cat 11: R\$ 49,60 Cat Especial: R\$ 55,80
Trânsito Médio Diário Equivalente	Número de praças de pedágio: 1 (um) Número de quilômetros mantidos: 28,7 km Índice de congestionamento: Por velocidade média dos veículos Cat 1: 84.626 Cat 2: 9.809 Cat 3: 250 Cat 4: 2.040 Cat 5: 45 Cat 6: 1.421 Cat 7: 725 Cat 8: 1.352 Cat 9: 4.581 Cat 10: 324 Cat 11: 16 Cat Especial: 188
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	78.889
Equipas utilizadas pela concessionária	Veículos, Maquinaria, etc. Altura da mancha de areia Resistência à derrapagem Deflexão Característica Irregularidade Longitudinal Índice de Condição do Pavimento Índice de Gravidade Global
Receita de pedágio no 2024	R\$ 179,4 milhões
Custos associados às receitas de pedágio no 2024	R\$ 92,4 milhões
Fator Trabalho	Número de trabalhadores: 273 funcionários Despesas com pessoal no 2024: R\$ 20,5 milhões
Fator Capital	Despesas de depreciação no 2024: R\$ 32,1 milhões Ativo líquido: R\$ 49,8 milhões Ativo bruto: R\$ 729,7 milhões Série histórica de investimentos até 2024: R\$ 998,6 milhões Custo de oportunidade de capital em 2024: 8,32%
Fatores Intermediários	Despesas de administração no 2024: R\$ 16,8 milhões Despesas com manutenção no 2024: R\$ 6,9 milhões Outras despesas: R\$ 6,6 milhões
Seguridade	Sem feridos: 232 Com feridos: 306 Com mortos: 6
Indicadores	Tarifa média: R\$ 6,20 Custo por veículo ou km: R\$ 3,20

continua



**CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE**

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária		3896%		3268%		
Número total de acidentes de trabalho		9		13		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por		( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores		(X) direção ( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por		( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA		(X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores ( ) todos + CIPA		
Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária		( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT		( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT		
A previdência privada contempla		( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		
A participação nos lucros ou resultados contempla		( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária		( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos		( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos		
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária		( ) não se envolve ( ) apoia (X) organiza e incentiva		( ) não se envolve ( ) apoia (X) organiza e incentiva		
% de reclamações e críticas solucionadas		99,1% na Concessionária 0% no PROCON 0,1% na Justiça		99,3% na Concessionária 0% no PROCON 0,7% na Justiça		
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>						
Distribuição do Valor Adicionado		20,0% governo 20,3% acionistas 16,5% colaboradores 43,2% terceiros		20,6% governo 23,0% acionistas 15,1% colaboradores 41,2% terceiros		

**RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES:** Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2024: (i) Serviços relacionados à auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); (i.b) Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*); (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: (ii.a) Serviços Previamente Acordados para emissão de relatório de apuração do ICSD ("Índice de Cobertura do Serviço da Dívida"), ICSD projetado e da Relação entre o Patrimônio Líquido Ajustado/Passivo Total da Companhia para a data-base de 31 de dezembro de 2023. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa, estão de acordo com a Política de Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não caracterizam conflito de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários pagos no exercício de 2024 totalizaram R\$212,7 mil e o valor dos honorários não relacionados à auditoria externa perfazem R\$75,4 mil, representando 35,5% do total de honorários pagos.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** A Diretoria da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Niterói - RJ, 18 de março de 2025.

**A Administração**

Balanco Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)							
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	6.510	27.562	Fornecedores.....		7.783	7.512
Aplicações financeiras.....	6	2.206	7.708	Empréstimos e financiamentos.....	13	18.583	16.928
Aplicações financeiras - conta reserva.....	7	8.300	6.227	Debêntures.....	14	11.405	9.312
Clientes.....	8	10.498	11.816	Passivo de arrendamento.....	15	3.128	2.865
Tributos a recuperar.....		331	181	Impostos, taxas e contribuições a recolher.....		2.918	2.155
Despesas antecipadas.....		849	1.035	Obrigações sociais e trabalhistas.....		3.792	3.465
Partes relacionadas.....	16	99	24	Partes relacionadas.....	16	887	754
Outros créditos.....		1.649	1.730	Obrigações com poder concedente.....	17	384	370
Total do ativo circulante.....		30.442	56.283	Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	12.3	1.222	48
<b>Ativo Não circulante</b>				Juros sobre o capital próprio a pagar...	21.4	8.554	1.474
Aplicações financeiras - conta reserva.....	7	32.770	29.051	Provisão para manutenção.....	19	2.333	3.397
Depósitos judiciais.....	9	1.145	1.102	Provisão para construção de obras.....	18	202	470
Imobilizado.....	10	9.634	10.487	Outras contas a pagar.....		302	1.292
Intangível.....	11	655.707	616.754	Total do passivo circulante.....		61.493	50.042
Total do ativo não circulante.....		699.256	657.394	<b>Ativo Não circulante</b>			
<b>Total de ativo.....</b>		<b>729.698</b>	<b>713.677</b>	Empréstimos e financiamentos.....	13	192.930	208.931
				Debêntures.....	14	269.736	265.146
				Passivo de arrendamento.....	15	2.772	4.786
				Tributos diferidos.....	12.1	8.138	7.959
				Provisão para perdas civeis e trabalhistas.....	20	101	62
				Provisão para manutenção.....	19	5.663	6.195
				Provisão para construção de obras.....	18	3.017	1.414
				Outras contas a pagar.....		10.559	8.409
				Total do passivo não circulante.....		492.916	502.902
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social.....	21.1	147.368	147.368
				Reserva de lucros - legal.....	21.2	13.777	12.511
				Reserva de lucros - orçamento de capital.....	21.3	13.998	-
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos.....	21.4	-	708
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações.....		146	146
				Total do patrimônio líquido.....		175.289	160.733
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido.....</b>		<b>729.698</b>	<b>713.677</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita líquida</b> .....	22	238.677	189.578
Custo dos serviços prestados.....	23	(141.363)	(93.607)
<b>Lucro bruto</b> .....		97.314	95.971
Despesas gerais e administrativas.....	23	(16.811)	(15.366)
<b>Lucro operacional</b> .....		80.503	80.605
<b>Receitas financeiras</b> .....		6.764	14.165
Despesas financeiras.....	24	(53.371)	(53.542)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas.....	24	(46.607)	(39.377)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b> .....		33.896	41.228
<b>Imposto de renda e contribuição social</b> .....	12	(8.568)	(11.042)
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....		25.328	30.186
<b>Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais)</b> .....	25	0,17187	0,20483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)						
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício.....	25.328	30.186	Fornecedores.....	271	1.922	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			Obrigações sociais e trabalhistas.....	327	815	
Depreciações e amortizações.....	32.149	28.944	Partes relacionadas - fornecedores.....	133	(1.136)	
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível.....	(145)	16	Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	763	139	
Capitalização de juros.....	(858)	(713)	Pagamento de provisão para perdas civeis e trabalhistas.....	(115)	(139)	
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos.....	50.738	51.438	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras.....	(3.425)	(11.701)	
Provisão e atualização monetária para perdas civeis e trabalhistas.....	154	172	Pagamento de obrigações com poder concedente.....	(5.394)	(5.771)	
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção e construção de obras.....	3.164	7.092	Outras contas a pagar.....	1.160	949	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD.....	447	273	Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(7.215)	(10.585)	
Obrigações com poder concedente.....	5.408	5.786	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....	107.880	101.709	
Atualização monetária dos depósitos judiciais.....	(38)	(45)	<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Tributos diferidos.....	179	1.614	Aquisição de imobilizado.....	(2.547)	(6.223)	
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	8.389	9.428	Aquisição de intangível.....	(65.891)	(19.825)	
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva.....	(4.448)	(4.996)	Aplicações financeiras.....	5.502	(1.575)	
Variação nos ativos operacionais:			Aplicações financeiras - conta reserva.....	(1.344)	5.710	
Clientes.....	871	(2.859)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....	(64.280)	(21.913)	
Partes relacionadas.....	(75)	(24)	<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Tributos a recuperar.....	(150)	786	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos.....	(3.692)	(115.707)	
Despesas antecipadas.....	186	966	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos.....	(25.249)	(24.646)	
Depósitos judiciais.....	(5)	1	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos.....	(35.711)	(34.563)	
Outros créditos.....	81	(849)	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento.....	(64.652)	(174.916)	
Variação nos passivos operacionais:			<b>Redução de caixa e equivalentes</b> .....	<b>(21.052)</b>	<b>(95.120)</b>	
			do exercício.....	27.562	122.682	
			Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.....	6.510	27.562	
			<b>Redução de caixa e equivalentes</b> .....	<b>(21.052)</b>	<b>(95.120)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Receitas</b>			
Com arrecadação de pedágio.....	179.375	175.425	
Com construção.....	65.796	20.381	
Outras receitas.....	9.901	9.840	
	255.072	205.646	
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custo dos serviços prestados.....	(93.140)	(50.503)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(11.941)	(9.234)	
Outras.....	(32)	(63)	
	(105.113)	(59.800)	
<b>Valor adicionado bruto</b> .....	149.959	145.846	
Depreciação e amortização.....	(32.149)	(28.944)	
Valor adicionado líquido produzido.....	117.810	116.902	
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras.....	6.764	14.165	
Valor adicionado total a distribuir.....	124.574	131.067	
<b>Distribuição do valor adicionado</b> .....	124.574	131.067	
Pessoal.....	20.520	19.823	
Remuneração direta.....	14.248	14.079	
Benefícios.....	5.350	4.953	
Fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS.....	922	791	
Impostos, taxas e contribuições.....	24.931	27.047	
Federais.....	15.476	17.804	
Municipais.....	9.455	9.243	
Remuneração de capitais de terceiros.....	53.795	54.011	
Juros.....	33.010	34.083	
Aluguéis.....	424	469	
Outros efeitos financeiros.....	20.361	19.459	
Remuneração de capitais próprios.....	25.328	30.186	
Juros sobre o capital próprio pagos.....	10.064	8.927	
Constituição reserva legal.....	1.266	1.509	
Constituição de reserva - Orçamento de capital.....	13.998	-	
Dividendos intermediários pagos.....	-	19.042	
Dividendos adicionais propostos.....	-	708	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

**CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPEL**

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Atribuível aos acionistas da Companhia						
		Capital social	Reservas de capital Plano de opção com base em ações	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais propostos		
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>		147.368	146	11.002	81.653	-	-	240.169
Reversão orçamento capital - pagamento dividendos		-	-	-	(81.653)	-	-	(81.653)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	30.186	30.186
Destinação do lucro:								
Reserva legal	21.2	-	-	1.509	-	-	(1.509)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,06 por ação)	21.4	-	-	-	-	-	(8.927)	(8.927)
Dividendos intermediários pagos (R\$0,13 por ação)	21.4	-	-	-	-	-	(19.042)	(19.042)
Dividendo adicional proposto (R\$0,005 por ação)	21.4	-	-	-	-	708	(708)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		147.368	146	12.511	-	708	-	160.733
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>		147.368	146	12.511	-	708	-	160.733
Reclassificação dividendos a pagar		-	-	-	-	(708)	-	(708)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	25.328	25.328
Destinação do lucro:								
Reserva legal	21.2	-	-	1.266	-	-	(1.266)	-
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.3	-	-	-	13.998	-	(13.998)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,07 por ação)	21.4	-	-	-	-	-	(10.064)	(10.064)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		147.368	146	13.777	13.998	-	-	175.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social realizar, sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limites do Contrato de Concessão referente ao Edital de concessão nº 01/2015, da infraestrutura e da prestação do serviço público de operação, manutenção, monitoração, conservação e implantação de melhorias da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinado em 18 de maio de 2015, possui prazo final em 31 de maio de 2045. As demais informações sobre o Contrato de Concessão estão descritas na Nota 17.1. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Bairro Ilha da Conceição, no município de Niterói-RJ. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. 1.1. Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance* na sigla em inglês): Com o objetivo de desenvolver e aplicar os temas relacionados a ESG, e contribuir com a Sustentabilidade do negócio, o Conselho de Administração do Grupo EcoRodovias aprovou no início de 2024 a sua Agenda ESG 2030. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos em 10 vias de Sustentabilidade, incluindo metas nos temas de mitigação e adaptação climática; segurança viária e ocupacional; direitos humanos, entre outros. Esses compromissos visam o ano de 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, inclusive para todos os colaboradores. No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias estabeleceu os alicerces de um plano de descarbonização, sendo este um documento revisado periodicamente de modo a incluir novas tecnologias e soluções de baixo carbono. Em 2024 foi estruturado um estudo de transição energética que avalia soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono e-REC (aquisição de certificados de energia renovável) para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias realizou estudo de vulnerabilidade climática com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (anos de 2030 e 2050). Esse estudo é periodicamente revisado de maneira a incluir novas concessões e novos cenários climáticos, além de incorporar aprimoramentos de metodologia. O estudo revisado em 2024 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do grupo. Os resultados desse trabalho são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários. 1.2. Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS, a COFINS e o IPI, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. 1.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. • Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subseqüentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements - SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura periódicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material para a Companhia.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. 2.3. Aprovação das Demonstrações Financeiras: Em 18 de março de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

**3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. 3.1. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 24). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descausamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 3.2. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 11.e, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. 3.3. Provisões gerais: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **Provisão para manutenção:** Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,10% ao ano (8,65% para o exercício findo em 31 de de-

zembro de 2023), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. **Provisão para construção de obras:** Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,50% a.a., correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. **Provisão para perdas civis, trabalhistas e tributárias:** A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. 3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 3.5. Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. 3.6. Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base em cada Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI); no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. 3.7. Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). 3.8. Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado. 3.9. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. 3.10. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data de balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que forem promulgadas até a data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente. 3.11. Partes relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhoria e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*). 3.12. Normas emitidas e/ou alterações de normas que ainda não estão em vigor: As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em *compliance* com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotaís especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou

continua



continuação

**CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPEPONTE**

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações causarão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 3.13. Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. 3.14. Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. 3.15. Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. 3.16. Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

**4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; • Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; • Redução ao valor recuperável: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas para redução ao valor recuperável, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e). **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos dos empréstimos:** Conforme descrito na Nota 3.5, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. A determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas

obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,10% ao ano para manutenção e 9,50% a.a. para construção (8,65% e 9,50%, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos.....	1.464	2.545
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a).....	3.373	23.297
Aplicações automáticas (b).....	1.673	1.720
	<u>6.510</u>	<u>27.562</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 60,5% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 100,7% em 31 de dezembro de 2024 (Em 31 de dezembro de 2023 era 102,8%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis. A redução nos saldos de caixa e equivalentes de caixa, deve-se principalmente ao pagamento de investimentos do intangível, conforme demonstrado na Nota 11.

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	31/12/2024	31/12/2023
Cotas fundo - BTG CDB I e Plus (a).....	2.165	7.553
Cotas fundo - FIDC_ECO (b).....	41	155
	<u>2.206</u>	<u>7.708</u>

(a) Em 31 de dezembro 2024, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I e Plus), este fundo aplica em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia da política de investimentos do Grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 100,7% do CDI (102,8% em 31 de dezembro de 2023), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária. (b) Em 31 de dezembro de 2024, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC\_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 100,7% do CDI (102,8% em 31 de dezembro de 2023), vinculado ao fundo de investimento. No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC\_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC\_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC\_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC\_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura "Fornecedores - FIDC" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 31 de dezembro de 2024, não há valores cedidos em favor dos fornecedores. A redução nos saldos de aplicações financeiras, deve-se principalmente ao pagamento de investimentos do intangível, conforme demonstrado na Nota 11.

**7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS**

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de investimento (a).....	41.023	35.278
Conta corrente - reserva (b).....	47	-
	<u>41.070</u>	<u>35.278</u>
Circulante.....	8.300	6.227
Não circulante.....	32.770	29.051

(a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média de 98,1% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (98,8% em 31 de dezembro de 2023). (b) Saldo em Conta Corrente Reserva, referente a movimentação em 31 de dezembro 2024. Não há remuneração aplicável para Conta Corrente Reserva. As aplicações financeiras - conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva - por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

**8. CLIENTES**

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio eletrônico (a).....	9.258	9.999
Receitas acessórias (b).....	2.008	2.059
Outras contas a receber (c).....	624	703
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (d).....	(1.392)	(945)
	<u>10.498</u>	<u>11.816</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas nas modalidades "cartão de débito" e "cartão de crédito". (d) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer.....	10.477	11.576
Vencidos:		
Até 30 dias.....	115	281
De 31 a 90 dias.....	125	255
De 90 a 120 dias.....	201	-
Acima de 120 dias.....	972	649
	<u>11.890</u>	<u>12.761</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício.....	(945)	(672)
Valores recuperados.....	296	45
Constituição de PECLD.....	(743)	(318)
Saldo no fim do exercício.....	<u>(1.392)</u>	<u>(945)</u>

**9. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2024	31/12/2023
Natureza Cível.....	1.134	1.091
Trabalhista.....	11	11
	<u>1.145</u>	<u>1.102</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgados na Nota 20 Provisão para perdas cíveis e trabalhistas.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício.....	1.102	1.058
Adições.....	5	-
Baixas.....	-	(1)
Atualização monetária.....	38	45
Saldo no fim do exercício.....	<u>1.145</u>	<u>1.102</u>

**10. IMOBILIZADO**

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	13,19	10,4	9,9	19,7	-

	CUSTO				
Saldos em 31/12/2023.....	13.614	4.187	1.030	4.653	23.484
Adições.....	1.952	185	133	277	2.547
Transferências.....	26	(1)	-	1	26
Saldos em 31/12/2024.....	<u>15.592</u>	<u>4.371</u>	<u>1.163</u>	<u>4.931</u>	<u>26.057</u>

	RESIDUAL				
Saldos em 31/12/2023.....	(7.523)	(2.661)	(652)	(2.161)	(12.997)
Adições.....	(1.928)	(444)	(108)	(946)	(3.426)
Saldos em 31/12/2024.....	<u>(9.451)</u>	<u>(3.105)</u>	<u>(760)</u>	<u>(3.107)</u>	<u>(16.423)</u>

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Em 31/12/2024.....	6.141	1.266	403	1.824	9.634
Em 31/12/2023.....	6.091	1.526	378	2.492	10.487

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	11,9	9,9	10,0	21,2	-

	CUSTO				
Saldos em 31/12/2022.....	9.886	4.009	1.019	2.347	17.261
Adições.....	3.728	221	11	2.263	6.223
Transferências.....	-	(43)	-	43	-
Saldos em 31/12/2023.....	<u>13.614</u>	<u>4.187</u>	<u>1.030</u>	<u>4.653</u>	<u>23.484</u>

	RESIDUAL				
Saldos em 31/12/2022.....	(6.127)	(2.259)	(550)	(1.413)	(10.349)
Adições.....	(1.396)	(402)	(102)	(748)	(2.648)
Saldos em 31/12/2023.....	<u>(7.523)</u>	<u>(2.661)</u>	<u>(652)</u>	<u>(2.161)</u>	<u>(12.997)</u>

	RESIDUAL				
Em 31/12/2023.....	6.091	1.526	378	2.492	10.487
Em 31/12/2022.....	3.759	1.750	469	934	6.912

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

**11. INTANGÍVEL**

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(b)	-	5,4	(d)	-

	CUSTO				
Saldos em 31/12/2023.....	695.660	12.145	2.934	10.862	721.601
Adições.....	38.882	27.538	329	1.085	67.834
Baixas.....	-	-	-	(277)	(277)
Transferências.....	36.745	(36.924)	153	-	(26)
Saldos em 31/12/2024.....	<u>771.287</u>	<u>2.759</u>	<u>3.416</u>	<u>11.670</u>	<u>789.132</u>

	AMORTIZAÇÃO				
Saldos em 31/12/2023.....	(98.746)	-	(2.535)	(3.566)	(104.847)
Adições.....	(25.759)	-	(175)	(2.789)	(28.723)
Baixas.....	-	-	-	145	145
Saldos em 31/12/2024.....	<u>(124.505)</u>	<u>-</u>	<u>(2.710)</u>	<u>(6.210)</u>	<u>(133.425)</u>

	RESIDUAL				
Em 31/12/2024.....	646.782	2.759	706	5.460	655.707
Em 31/12/2023.....	596.914	12.145	399	7.296	616.754

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(b)	-	6,7	(d)	-

	CUSTO				
Saldos em 31/12/2022.....	663.742	23.680	2.795	1.792	692.009
Adições.....	4.509	15.890	139	9.070	29.608
Baixas.....	-	(16)	-	-	(16)
Transferências.....	27.409	(27.409)	-	-	-
Saldos em 31/12/2023.....	<u>695.660</u>	<u>12.145</u>	<u>2.934</u>	<u>10.862</u>	<u>721.601</u>

	AMORTIZAÇÃO				
Saldos em 31/12/2022.....	(75.419)	-	(2.342)	(790)	(78.551)
Adições.....	(23.327)	-	(193)	(2.776)	(26.296)
Saldos em 31/12/2023.....	<u>(98.746)</u>	<u>-</u>	<u>(2.</u>		

**CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECPONTE**  
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

de 2023), e registrou débito de R\$179 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	31/12/2024	31/12/2023
2024.....	-	(1.591)
2025.....	(1.625)	(1.591)
2026.....	(1.629)	(1.593)
2027.....	(1.629)	(1.592)
2028.....	(1.629)	(1.592)
2029.....	(1.626)	-
	<u>(8.138)</u>	<u>(7.959)</u>

12.2. Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	33.896	41.228
Alíquota fiscal vigente.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada.....	(11.525)	(14.018)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores.....	(83)	(189)
Juros sobre o capital próprio.....	3.422	3.035
Despesas indedutíveis.....	(97)	(3)
Incentivos fiscais (PAT).....	153	203
Ajuste prêmio Stock Option.....	118	-
Outros.....	(556)	(70)
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	<u>(8.568)</u>	<u>(11.042)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes....	(8.389)	(9.428)
Impostos diferidos.....	(179)	(1.614)
Taxa efetiva.....	25,3%	26,8%

12.3. Provisão para imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início dos exercícios provisão IR/CS.....	48	1.205
Despesa IR/CS DRE.....	8.389	9.428
Total de IR/CS pagos.....	<u>(7.215)</u>	<u>(10.585)</u>
Saldo no fim dos exercícios provisão IR/CS.....	1.222	48

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Modalidade	Vencimento		31/12/2024	31/12/2023
	final	Taxa de juros		
Em moeda nacional:				
Finem.....	08/2032 TJLP+3,48% a.a.	48,072	51.735	
Finem.....	12/2032 TJLP+3,48% a.a.	104.445	111.969	
Finem.....	06/2034 TJLP+3,48% a.a.	58.996	62.155	
		<u>211.513</u>	<u>225.859</u>	
Circulante.....		18.583	16.928	
Não circulante.....		192.930	208.931	

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2024	31/12/2023
2025.....	-	17.635
2026.....	19.477	19.311
2027.....	21.366	21.184
2028.....	23.427	23.228
2029.....	25.680	25.462
Posteriores a 2029.....	<u>102.980</u>	<u>102.111</u>
	<u>192.930</u>	<u>208.931</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício.....	225.859	238.134
Encargos financeiros (Nota 24).....	21.967	23.765
Pagamento principal.....	(16.375)	(14.849)
Pagamento de juros.....	(19.938)	(21.191)
Saldo no fim do exercício.....	<u>211.513</u>	<u>225.859</u>
Circulante.....	18.583	16.928
Não circulante.....	192.930	208.931

Descrição do contrato de empréstimo e financiamento bancário vigente:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
Beneficiária: (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total ≥ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30		
Até o Completion não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei estando inadimplente com os referidos índices		Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.
Interveniente: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado ≤ 4,00		

Conforme descrito acima, o contrato com o BNDES requer a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"), medidos anualmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia e da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia e a controladora estão adimplentes com os referidos índices:

Empresa	Instituição financeira	Descrição da cláusula	Índice requerido	Medido
Ecoponte	BNDES	Patrimônio líquido ajustado/passivo total	≥ 20%	25,12%
		ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	1,87
		Dívida líquida/EBITDA ajustado (Interveniente ECS)	≤ 4,00	3,37

Os covenants não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplimento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato.

**14. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2024	31/12/2023
1ª Emissão.....	10/2034	IPCA + 4,4% a.a.	281.141	274.458
			<u>281.141</u>	<u>274.458</u>
Circulante.....			11.405	9.312
Não circulante..			269.736	265.146

Descrição do contrato de debênture vigente:

Forma	Amortização	Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
(i) Anual	de juros	Principal	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios de 2022 e Fiança Corporativa	Não

(i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública. A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício.....	274.458	267.506
Pagamento de juros.....	(14.978)	(12.529)
Pagamento de principal.....	(6.315)	(7.349)
Encargos financeiros (Nota 24).....	27.976	26.830
Saldo no fim do exercício.....	<u>281.141</u>	<u>274.458</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2025.....	-	-	9.634	(1.266)	-	8.368
2026.....	11.663	(1.221)	10.442	11.117	(1.221)	9.896
2027.....	17.885	(1.166)	16.719	17.048	(1.166)	15.882
2028.....	20.243	(1.083)	19.160	19.296	(1.082)	18.214
2029.....	20.223	(989)	19.234	19.277	(989)	18.288
2030.....	27.242	(888)	26.354	25.968	(888)	25.080
a partir de 2030.....	179.763	(1.936)	177.827	171.354	(1.936)	169.418
	<u>277.019</u>	<u>(7.283)</u>	<u>269.736</u>	<u>273.694</u>	<u>(8.548)</u>	<u>265.146</u>

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"), medidos anualmente, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com os referidos índices.

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecoponte	1ª	PL Ajustado/Passivo Total	≥ 20%	25,12%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,30	1,87

Os covenants não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplimento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos

instrumentos de dívida. A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato. O contrato de debênture da Companhia possui cláusula restritiva de "cross default" que estabelece a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia e de sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2024, não existe evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a esta cláusula restritiva. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data nominal	Valor com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Série única.....	19/11/2019	230.000	(15.246)	214.754	4,4% a.a. 10,14%
		<u>230.000</u>	<u>(15.246)</u>	<u>214.754</u>	

**15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento:	5.900	7.651
Circulante.....	3.128	2.865
Não circulante.....	2.772	4.786

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do início do exercício.....	7.651	1.029
Adições.....	1.085	9.070
Baixas.....	(277)	-

**16. PARTES RELACIONADAS**

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)			Montantes envolvidos				Outras informações					
			Data início	Data final	Total	Saldo a realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
(a)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	01/01/2024	31/12/2024	10.885	823	-	814	45 dias	-	5.149	3.721	1.248	N/A	Devedor
(b)	Sinelec S.p.A Ecorodovias	Outras partes relacionadas	19/01/2023	31/12/2024	1.237	84	-	-	45 dias	-	469	-	-	N/A	Devedor
(c)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	01/01/2017	31/12/2026	1.190	347	-	-	45 dias	-	79	-	-	N/A	Devedor
(c)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	01/01/2017	31/12/2026	2.100	197	2	-	45 dias	201	-	-	-	N/A	Credor
(c)	Desenvolvimento de Negócios Ltda Ecorodovias	Outras partes relacionadas	01/11/2023	31/12/2026	630	235	-	-	45 dias	395	-	-	-	N/A	Credor
(c)	Desenvolvimento de Negócios Ltda Ecorodovias	Outras partes relacionadas	01/11/2023	31/12/2026	357	16	-	-	45 dias	-	253	-	-	N/A	Devedor
(d)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	-	-	-	-	-	-	45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
(d)	Ecorodovias Concessionária De Rodovias	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
(d)	Ecorodovias Concessionária de Rodovias Noroeste S.A Empresa Conc. de Rodovias do Sul S.A - Ecosul	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
(e)	Ecorodovias Concessionária de Rodovias	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	45 dias	-	-	-	-	N/A	Credor
(e)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	-	-	-	-	-	-	45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
						99	887	-	-	596	5.950	3.721	1.248		
						24	754	-	-	285	5.355	3.554	440		

(a) Ecorodovias Concessões e Serviços S.A controladora direta, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. (b) A Sinelec S.p.A, controlada direta pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias, presta serviços referentes às atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multi-lane Freeflow Tolling* (MLFF). (c) Ecorodovias Desenvolvimento de Negócios Ltda é controlada direta da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., controladora da Companhia. Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio e locação de fibra óptica entre as partes. (d) Transferência de funcionários entre unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2024, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades. (e) Referente repasse de despesas entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2024, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades. **Remuneração de administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a títulos de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024 em R\$1.217 (R\$2.166 para o exercício de 2023). A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração (fixa/variável).....	833	1.357
Remuneração com base em ações ( <i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> ).....	(64)	240
Seguro de vida.....	2	3
Assistência saúde.....	77	127
Previdência privada.....	47	72
FGTs.....	35	81
INSS (sobre salários, plano de retenção e incentivos de longo Prazo - ILP ( <i>Phantom Stock Options - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i> )).....	121	286
	<u>1.051</u>	<u>2.166</u>

**17. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE**

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelas:		
Taxa de fiscalização.....	384	370
	<u>384</u>	<u>370</u>
Circulante.....	384	370

A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2024, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$384 (R\$370 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício.....	370	355
Custo (Nota 23).....	5.408	5.786
Pagamento do principal.....	(5.394)	(5.771)
Saldo no final do exercício.....	<u>384</u>	<u>370</u>

17.1 Informações sobre o Contrato de Concessão: **Contratante:** União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. **Data da assinatura:** 18 de maio de 2015 (início do prazo da concessão em 01 de junho de 2015, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). **Objeto da Concessão:** Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, da BR-101/RJ: Trecho de Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) - "Ponte Rio-Niterói", com 28,7km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. **Índice de reajuste:** IPC-A. **Data de reajuste:** 1º de junho de cada ano. **Prazo de vigência:** 31 de maio de 2045. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do poder concedente, por até 30 (trinta anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo poder concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária - PER, ou em decorrência de sua alteração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. **Casos de extinção:** Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. **Reversão dos Bens:** Extinta a Concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a receita e o custo de construção totalizaram R\$65.796 (R\$20.381 em 31 de dezembro de 2023), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme

**CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPEPTE**

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

continuação

27, parágrafo primeiro, inciso IV da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2024 é de R\$13.998 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023). O montante de R\$13.998 constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2024, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2025. 21.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos R\$3.692 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. O saldo de R\$8.554, registrado na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", refere-se ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2024. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2025. O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	25.328	30.186
Constituição da reserva legal	(1.266)	(1.509)
Base de cálculo dos dividendos	24.062	28.677
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	-	(19.042)
Juros sobre capital próprio	(10.064)	(8.927)
Dividendo adicional proposto	-	(708)
Orçamento de Capital	(13.998)	-

**22. RECEITA LÍQUIDA**

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	33.983	43.682
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	111.172	102.818
Vale-pedágio	33.862	28.753
Outras	358	173
	<u>179.375</u>	<u>175.426</u>
Receita de construção (b)	65.796	20.381
Receitas acessórias (c)	9.901	9.840
Receita bruta	<u>255.072</u>	<u>205.647</u>
Deduções da receita bruta	(16.395)	(16.069)
Receita líquida	<u>238.677</u>	<u>189.578</u>
	31/12/2024	31/12/2023
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	179.375	175.426
Receitas acessórias	9.901	9.840
	<u>189.276</u>	<u>185.266</u>
Deduções		
COFINS (3%)	(5.678)	(5.558)
PIS (0,65%)	(1.230)	(1.204)
ISS (2% a 5%)	(9.455)	(9.243)
Abatimentos	(32)	(64)
	<u>(16.395)</u>	<u>(16.069)</u>

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

**23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	20.520	19.823
Conservação e manutenção	6.894	6.536
Serviços de terceiros (a)	17.074	13.853
Seguros	2.579	2.098
Poder concedente (Nota 17)	5.408	5.786
Provisão para manutenção (Nota 19)	757	5.525
Custo de construção de obras	65.796	20.381
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11)	32.149	28.944
Locação de imóveis e máquinas	424	469
Outros custos e despesas operacionais	6.573	5.558
	<u>158.174</u>	<u>108.973</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	141.363	93.607
Despesas gerais e administrativas	16.811	15.366
	<u>158.174</u>	<u>108.973</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	6.664	14.031
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 9)	38	45
Outras receitas financeiras	62	89
	<u>6.764</u>	<u>14.165</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 14)	(12.948)	(12.522)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(20.125)	(21.431)
Varição monetária sobre debêntures (Nota 14)	(13.728)	(12.953)
Varição monetária sobre financiamentos e empréstimos (Nota 13)	(1.842)	(2.334)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 14)	(1.300)	(1.355)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e construção de obras (Nota 18 e 19)	(2.407)	(1.567)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 20)	(46)	(7)
Juros Capitalizados	858	713
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(315)	(669)
Juros sobre arrendamentos - CPC 06 (R2) (Nota 15)	(795)	(843)
Outras despesas financeiras	(723)	(574)
	<u>(53.371)</u>	<u>(53.542)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(46.607)</u>	<u>(39.377)</u>

**25. LUCRO POR AÇÃO**

25.1. Lucro básico por ação: O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	25.328	30.186
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	147.368	147.368
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	0,17	0,20

25.2. Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações.

**26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida (a)	498.554	507.968
Disponibilidade (b)	(47.580)	(62.840)
Dívida líquida	450.974	445.128
Patrimônio líquido (c)	175.289	160.733
Índice de endividamento líquido	2,57	2,77

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 13, 14 e 15. (b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados, conforme detalhado nas Notas 5 e 7. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. Considerações gerais: • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 94,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (100,7% em 31 de dezembro de 2023). • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado. Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	6.510	6.510
Clientes (b)	10.498	10.498
Aplicações financeiras (a)	43.276	43.276
Passivos:		
Fornecedores (b)	7.783	7.783
Empréstimos e financiamentos (c)	211.513	206.043
Debêntures (c)	281.141	209.020
Passivos de arrendamentos (d)	5.900	6.823

Classificação - Valor justo através do resultado	Saldo contábil	Valor justo
<i>Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock (e)</i>		
	173	173

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço. (b) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores estatutários da Companhia (*Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock*), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3), registrados na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas". Gestão de riscos A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico....	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão, rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas; Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralisação dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Operacional...	Risco de mercado, crédito, premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Financeiro.....	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor;
Compliance...	No Grupo EcoRodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo EcoRodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços; A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade

Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo EcoRodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: (a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações: • Taxas de Inflação: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajuste tarifário; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) relacionado aos empréstimos e financiamentos da Companhia. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. (b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "rating" de no mínimo AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$5.127 (R\$5.700 em 31 de dezembro de 2023), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber". (c) Risco de liquidez: O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	em diante
BNDES	36.499	36.499	36.499	193.573
Debênture	23.582	25.890	83.382	426.219
Passivo de arrendamento	3.484	2.574	317	448
	<u>63.565</u>	<u>64.963</u>	<u>70.498</u>	<u>620.240</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$31.051 (ativo circulante de R\$30.442 e passivo circulante de R\$61.493), principalmente decorrente de empréstimos e financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento. Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, TJLP e do IPCA-A, principais indicadores das aplicações financeiras, debêntures e empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

Operação	Juros a incorrer			
	Risco	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	669	837	1.004
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do TJLP	(18.487)	(23.109)	(27.731)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(15.603)	(15.900)	(16.199)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(33.421)</u>	<u>(38.172)</u>	<u>(42.926)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	14,90%	18,63%	22,35%
TJLP (b)	4,43%	5,53%	6,64%
IPCA (c)	8,50%	10,63%	12,75%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - Dezembro de 2024. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

**27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

27.1. Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. 27.2. Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. 27.3. Transações que não envolvem caixa: No período findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia realizou as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso - CPC 06 (R2) - adição	1.085	9.070
Direito de uso - CPC 06 (R2) - baixa	(277)	-

**28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas à exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

**29. EVENTO SUBSEQUENTE**

Aporte de capital: Em 29 de janeiro de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da controlada direta Ecopepte, no valor de R\$10.000 (dez milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 10.000.000 (dez milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Conselho de Administração		Diretoria	
Membros Efetivos:	<b>MARCELLO GUIJOTTI</b> (Presidente do CA) <b>RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO</b> <b>ROBERTO BORGES PAIVA</b>	Diretor Presidente -	<b>ALBERTO LUIZ LODI</b>
		Diretor Superintendente e de Relações Investidores -	<b>JÚLIO CEZAR MOREIRA DE AMORIM</b>
		Contador:	<b>HUGO RAFAEL MITZ</b> CRC 1PR050369/O-4 T RJ

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
**Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecopepte**

Opinião	Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecopepte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecopepte em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").	<b>Porque é um PAA</b> <b>Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 11)</b> Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 649.541 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Notas 3.6 e 22)</b> A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Outros assuntos</b> <b>Demonstração do Valor Adicionado</b> A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	<b>Outros assuntos</b> <b>Demonstração do Valor Adicionado</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações

continuação

## CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2025



**pwc**

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 19/03/2025

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/19/ECOPONTE1581387719032025.pdf>  
Hash: 17423292013a8996ba65c74f058d8382305f402271